

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO

RPEGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025 PROCESSO Nº 612870/2025

ASSUNTO: Sugestão de Anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência, no uso de minhas atribuições, para apresentar sugestão fundamentada para a anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sonorização, iluminação, estruturas e banheiros químicos.

Após análise minuciosa das informações constantes no procedimento licitatório em referência, especialmente diante da impugnação apresentada, constatou-se a existência de inconsistências nos itens e nas especificações técnicas previstas no edital, o que pode comprometer a clareza e a regularidade do certame.

A atual gestão, pautada nos princípios da legalidade, eficiência e transparência, verificou que tais falhas, oriundas de informações inicialmente utilizadas na elaboração do termo de referência — muitas das quais herdadas da administração anterior — necessitam de correção e readequação para refletir com precisão as reais necessidades da Administração Municipal.

A permanência do Pregão Eletrônico nº 009/2025, tal como estruturado, poderia gerar confusão entre os licitantes, comprometer a isonomia entre os participantes e, eventualmente, ocasionar questionamentos jurídicos futuros, além de prejudicar a adequada contratação dos serviços pretendidos.

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) prevê expressamente a possibilidade de revogação da licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, conforme o disposto no artigo 71:

Art. 71. A Administração poderá revogar a licitação por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para 1 justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de oficio ou por provocação de terceiros, mediante 2 ato escrito e fundamentado.

No presente caso, constatou-se a necessidade de correção e readequação das especificações técnicas de diversos itens constantes do Termo de Referência e do Edital, em razão de inconsistências que poderiam comprometer a correta compreensão do objeto licitado e prejudicar a formulação das propostas pelos interessados.

Considerando a complexidade do serviço a ser contratado, tais ajustes mostram-se indispensáveis para garantir a clareza dos elementos técnicos, assegurar a isonomia entre os licitantes e preservar a legalidade e a eficiência do processo licitatório, prevenindo eventuais questionamentos e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante de todo o exposto, não há como sanear o presente processo, a tentativa só causaria confusão processual, uma vez que praticamente todos os documentos do processo teriam que ser refeitos.

Assim, considerando a necessidade de garantir a eficiência da gestão pública, a economicidade e o atendimento adequado das demandas da população, sugiro a Vossa Excelência a anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025, com a devida publicação do ato e a instrução do processo

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

administrativo com a devida motivação, em consonância com o artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Respeitosamente,

VALDINEI JOSÉ FAVERO Secretário Municipal De Administração Matrícula nº 081630



DECISÃO

Processo Administrativo n.º 612870/2025

Pregão Eletrônico n.º 009/2025

Trata-se de processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 009/2025, que tem como objeto contratação de empresa especializada na "prestação de serviços de locação de sonorização, iluminação, estruturas e banheiros químicos".

A sessão pública referente ao citado processo está marcada para o dia 23 de outubro de 2025.

A Secretaria Municipal de Administração, responsável pelo procedimento licitatório, apresentou justificativa técnica a respeito do processo, sugerindo a anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025 por conta correções e readequações das especificações técnicas de diversos itens em virtude de inconsistências que poderiam comprometer a correta compreensão do objeto licitado e prejudicar a formulação das propostas dos interessados.

É o relatório. **DECIDO**.

Inicialmente, cabe inferir que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais aquela entidade que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratos e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos. Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre controle por parte do poder público.

Esse controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza outro princípio administrativo, qual seja, o da autotutela administrativa. Esse instituto foi firmado legalmente por duas súmulas:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal - "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - "A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os



casos, a apreciação judicial"

Essas súmulas estabelecem então que a Administração poderá revogar, por motivo de interesse público, ou anular, em razão de ilegalidade, seus atos.

Sobre quando se deve anular e quando é cabível revogar a licitação, Marçal Justen Filho explica que "na revogação, o desfazimento do ato administrativo não decorre de vício ou defeito. Aliás, muito pelo contrário. Somente se alude à revogação se o ato for válido e perfeito: se defeituoso, a Administração deverá efetivar sua anulação. A revogação se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público".

Assim, a anulação, por sua vez, é o meio utilizado quando o ato específico ou todo o procedimento é ilegal. O ato administrativo quando realizado em discordância com o preceito legal é viciado, defeituoso, devendo, assim, ser anulado. Neste caso, não há margem para a Administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público; a mera quebra de premissa de lei ocasiona o vício, sendo passível de anulação, suscitada de oficio pela autoridade competente ou por terceiros interessados.

Pelas lições aqui colacionadas, verifica-se, *in casu*, que se trata de anulação do presente procedimento licitatório uma vez que defeituoso o ato das especificações técnicas originalmente previstas, as quais são cruciais para o atendimento adequado das necessidades do município.

A Secretaria Municipal de Administração apresentou a seguinte manifestação:

Dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência, no uso de minhas atribuições, para apresentar sugestão fundamentada para a anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sonorização, iluminação, estruturas e banheiros químicos.

Após análise minuciosa das informações constantes no procedimento licitatório em referência, especialmente diante da impugnação apresentada, constatou-se a existência de inconsistências nos itens e nas especificações técnicas previstas no edital, o que pode comprometer a clareza e a regularidade do certame.

A atual gestão, pautada nos princípios da legalidade, eficiência e transparência, verificou que tais falhas, oriundas de informações inicialmente utilizadas na elaboração do termo de referência — muitas das quais herdadas da administração anterior — necessitam de correção e readequação para refletir com precisão as reais necessidades da Administração Municipal.

A permanência do Pregão Eletrônico nº 009/2025, tal como estruturado, poderia

MARIO SERGI O LUBIAN A:75224 372704 Anno te general Part Service Control Part Service Control



gerar confusão entre os licitantes, comprometer a isonomia entre os participantes e, eventualmente, ocasionar questionamentos jurídicos futuros, além de prejudicar a adequada contratação dos serviços pretendidos.

A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) prevê expressamente a possibilidade de revogação da licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, conforme o disposto no artigo 71:

Art. 71. A Administração poderá revogar a licitação por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para 1 justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante 2 ato escrito e fundamentado.

No presente caso, constatou-se a necessidade de correção e readequação das especificações técnicas de diversos itens constantes do Termo de Referência e do Edital, em razão de inconsistências que poderiam comprometer a correta compreensão do objeto licitado e prejudicar a formulação das propostas pelos interessados.

Considerando a complexidade do serviço a ser contratado, tais ajustes mostramse indispensáveis para garantir a clareza dos elementos técnicos, assegurar a isonomia entre os licitantes e preservar a legalidade e a eficiência do processo licitatório, prevenindo eventuais questionamentos e garantindo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante de todo o exposto, não há como sanear o presente processo, a tentativa só causaria confusão processual, uma vez que praticamente todos os documentos do processo teriam que ser refeitos.

Assim, considerando a necessidade de garantir a eficiência da gestão pública, a economicidade e o atendimento adequado das demandas da população, sugiro a Vossa Excelência a anulação do Pregão Eletrônico nº 009/2025, com a devida publicação do ato e a instrução do processo administrativo com a devida motivação, em consonância com o artigo 71 da Lei nº 14.133/2021.

Nota-se pela justificativa técnica apresentada a necessidade de correções e readequações das especificações técnicas de diversos itens em virtude de inconsistências que poderiam comprometer a correta compreensão do objeto licitado e prejudicar a formulação das propostas dos interessados.

Tal situação, evidentemente, pode comprometer o certame, seja com relação aos valores, participação de interessados e possíveis questionamentos posteriores até, pois a fiel especificação dos itens / serviços a serem licitados é obrigação da administração pública para não adquirir algum bem ou serviço que não atenda a demanda.

Além disso, conforme exposto na justificativa, nem mesmo o saneamento do caso seria razoável, pois inúmeros atos teriam que ser refeitos, a exemplo da pesquisa de preço, pois, evidentemente, modificado o item ou serviço, mudam-se os possíveis valores e a pesquisa tem que ser refeita.

MARIO SERGI O LUBIAN A:75224 372704 Washington of the Control of t



A anulação ocorre quando há uma ilegalidade insanável no processo, ou seja, são vícios graves que não podem ser corrigidos, como um edital que favorece ilegalmente um fornecedor ou a falta de publicidade exigida por lei ou a não descrição correta de itens, que podem comprometer a competitividade, entre outros.

Assim, o erro apontado no presente processo compromete a lisura do certame, razão pela qual a Administração precisa anulá-lo.

Registro que, considerando a fase atual do processo e que sequer há expectativa quanto a possível vencedores neste momento, entendo que não há que se falar em contraditório ou ampla defesa.

Ora, se a Administração Pública pode revogar um ato administrativo por reputá-lo incompatível ao interesse público, com muito mais razão pode anulá-lo se verificar alguma ilegalidade. Em ambos os casos, ou seja, de anulação ou revogação da licitação, ocorrendo antes da adjudicação do objeto licitatório, a abertura ao contraditório prévio se faz dispensável, justamente porque nesse período o licitante não tem nenhum direito adquirido, mas mera expectativa de direito.

Nesse sentido:

EMENTA- APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO ANTES DA ASSINATURA DO CONTRATO - PODER DE AUTOTUTELA - VIOLAÇÃO AO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA - INEXISTÊNCIA - EXPECTATIVA DE DIREITO - SERVIÇOS NÃO CONTRATADOS NEM EXECUTADOS - FRAUDE NÃO DEMONSTRADA - AUSÊNCIA RESPONSABILIDADE E DEVER DE INDENIZAR. 1. É possível a anulação do certame sem abertura de prazo para contraditório antes da adjudicação, uma vez que até referida fase não há direito adquirido, mas mera expectativa de direito. Precedente STJ . 2. A licitação, como qualquer outro procedimento administrativo, é passível de anulação, em caso de ilegalidade, e revogação, por conveniência e oportunidade, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993, aplicável ao pregão por força do art . 9° da Lei nº 10.520/2002, e da Súmula nº 473 do STF. 3. In casu, restou devidamente demonstrado, a licitação foi anulada antes da adjudicação e assinatura do contrato, não havendo se falar em direito adquirido, mas mera expectativa do licitante, a não configurar dano moral ou material a ser indenizado . 4. Alegação de fraude não demonstrada. 5. Recurso desprovido . (TJ-ES - APELAÇÃO CÍVEL: 00068728720188080006, Relator.: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA, 4ª Câmara Cível)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. LICITAÇÃO. REVOGAÇÃO. FASE DE HABILITAÇÃO. AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA . 1.(...). 2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada. 3. É possível a revogação do certame sem abertura de prazo para contraditório antes da homologação e adjudicação, uma vez que até referida fase não há direito adquirido, mas mera expectativa de direito. 4. Agravo interno parcialmente conhecido e desprovido. (STJ - AgInt no RMS n. 70.568/MT, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, julgado em 25/9/2023, DJe de 2/10/2023.)

MARIO SERGI 0 **LUBIAN** A:75224



"ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DO ART. 49, § 3°, DA LEI 8.666/93. (...) 5. Só há aplicabilidade do § 3°, do art. 49, da Lei 8.666/93, quando o procedimento licitatório, por ter sido concluído, gerou direitos subjetivos ao licitante vencedor (adjudicação e contrato) ou em casos de revogação ou de anulação onde o licitante seja apontado, de modo direto ou indireto, como tendo dado causa ao proceder o desfazimento do certame" (MS 7.017/DF, Rel. Min. José Delgado, DJ de 2/4/2001)

"Nos processos licitatórios de qualquer espécie, antes da homologação, têm os concorrentes expectativa de direito ao resultado da escolha a cargo da Administração, não sendo pertinente se falar em direito adquirido. Verifica-se, pelo documentos acostados aos autos, que o procedimento licitatório ainda estava em curso e, ao titular de mera expectativa, não se abre o contraditório". (...) a revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado" (RMS 23.402/PR, 2a Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 2.4.2008).

Ademais, caso o processo estivesse em fase de homologação, sem dúvida, deveria ser garantido os princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme disciplina a Lei e a Constituição Federal, o que não é o presente caso.

Ressalto não ser necessária a abertura de procedimento administrativo para apurar responsabilidades, vez que não há prejuízo à administração pública mas sim benefício, pois a continuação do certame poderia acarretar na contratação de um serviço inadequado. Ademais, ainda não houve ainda a sessão pública, não havendo sequer possível vencedor que poderia ter algum prejuízo com o caso.

Outrossim, destaco que a anulação no presente momento resguarda o interesse público, não havendo dolo ou culpa grave passível de sanção disciplinar a qualquer servidor, até mesmo porque a paralisação neste momento permite seja refeito o processo com a correta especificação desde o seu nascedouro. Pelo contrário, a anulação demonstra zelo para com o erário, eis que, conforme exposto, a contratação de um serviço inadequado é que lesaria os cofres públicos.

Pontuo que, não obstante tal situação, é imprescindível que os órgãos administrativos por ocasião da realização do certame busquem especificar os itens da melhor forma possível e para a melhor compreensão, evitando-se situações como a do presente caso e a necessidade de anulação do MARIO SERGI O

Por derradeiro, importante citar a Decisão Monocrática n.º 00648/2025-4 do Tribunal de Contas

MARIO SERGI O LUBIAN A:75224 372704



do Espírito Santo, o qual determinou a atualização dos pareceres e editais, o que reforça a necessidade de anulação no presente caso.

5.2 Ciência do relatório a outros órgãos ou entidades para adoção de providências cabíveis

Recomenda-se que seja dada ciência deste Relatório de Auditoria a todas as entidades fiscalizadas no âmbito da presente fiscalização, bem como respectivos órgãos de controle interno, a fim de que as unidades gestoras que ainda não instituíram modelos de Minutas de Editais possam tomar conhecimento das irregularidades identificadas em outras unidades, tanto no que se refere ao processo de instituição quanto ao conteúdo dos modelos adotados, prevenindo, assim, a repetição das inconsistências observadas.

Adicionalmente, ressalta-se que foram selecionados 8 modelos de Minutas de Editais para compor a amostra analisada. Nesse sentido, recomenda-se que as entidades que não tiveram seus modelos incluídos na amostra também se atentem às irregularidades apontadas nesses 8 modelos, a fim de evitar a incorporação de cláusulas com vícios semelhantes em seus próprios modelos, sejam elas entidades que ainda não elaboraram tais documentos ou aquelas que já os instituíram.

Vale salientar ainda que, nos casos em que os modelos de minutas de editais forem elaborados com base no histórico de contratações e contemplem apenas determinados critérios de julgamento ou regimes de execução, a ausência de modelos padronizados para outras hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 poderá configurar irregularidade, caso essas situações venham a se tornar recorrentes, especialmente se não houver justificativa formal e devidamente fundamentada para a não utilização, conforme previsto no § 2° do art. 19 da referida norma. A mesma recomendação aplica-se às entidades que ainda não elaboraram modelos de minutas para obras e serviços de engenharia sob o argumento de que não executam esse tipo de contratação. Nesses casos, a recorrência futura de obras ou serviços de engenharia sem a devida padronização dos documentos aplicáveis poderá ensejar achados de auditoria, caso não haja justificativa formal anexa ao processo correspondente.

Diante de todo o exposto e no parecer técnico da Secretaria Municipal de Administração, por haver vício de ilegalidade, **DECIDO** pela **ANULAÇÃO** do processo licitatório, nos termos do artigo 71, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Encaminha-se os autos ao Departamento de Licitação e Compras para que tome as providências necessárias., inclusive com as publicações necessárias.

Cumpra-se com urgência, haja vista a proximidade da realização da sessão pública.

Nova Venécia/ES, 17 de outubro de 2025.

MÁRIO SÉRGIO LUBIANA PREFEITO